



## Termo de Referência

### REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS.

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

##### 1.1. Descrição do Objeto:

Registro de preços, pelo prazo de 12 meses, visando à contratação de empresa legalmente qualificada para fornecimento contínuo e fracionado de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S10 e Arla 32) para abastecimento da frota municipal, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

##### 1.2. Especificação do Produto/Quantitativos

###### Secretaria Municipal de Ordem Pública

Item	Combustível	Unidade	Quantidade Estimada/Ano
1	Gasolina Comum	Litros	76.430
2	Diesel S10	Litros	225.370
3	Arla 32	Litros	930

###### Secretaria Municipal de Educação

Item	Combustível	Unidade	Quantidade Estimada/Ano
1	Gasolina Comum	Litros	3.320
2	Diesel S10	Litros	109.750
3	Arla 32	Litros	2.670

###### Secretaria Municipal de Saúde

Item	Combustível	Unidade	Quantidade Estimada/Ano
1	Gasolina Comum	Litros	104.7560
2	Diesel S10	Litros	56.950
3	Arla 32	Litros	1.140

#### 2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

##### 2.1. Vigência Contratual (art. 105 a 114 da Lei 14.133/21)

Execução se dará, pela modalidade de licitação Pregão Presencial, mediante a Ata de Registro de Preços por 12 meses.

##### 2.2. Prorrogação do Contrato

Não haverá prorrogação de contrato, por se tratar de Ata de Registro de



Preços pelo período de 12 meses.

### 2.3. Previsão do Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21)

Somente haverá reajuste, em casos de constatar superveniente e sem culpa das partes, tenha os impactado, comprovando que cabe o Termo de Apostilamento, seja para minorar ou para majorar os valores registrados. Conforme, Art. 136, inciso I, da Lei 14.133/2021.

## 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 3.1. Interesse Público

A aquisição é necessária para abastecimento da frota de veículos das **Secretarias Municipais de Ordem Pública, Educação e Saúde** que necessitam de abastecimento contínuo e fracionado para seu deslocamento e são elementos imprescindíveis para execução de suas atividades nas áreas administrativas, atividades produtivas, atividades educacionais, transporte de pacientes e outras afins, nomeadamente:

- a) facilitar e gerenciar o abastecimento dos veículos da frota municipal, administrando e acompanhando as autorizações de abastecimento;
- b) flexibilizar o sistema de abastecimento, com qualidade e preços adequados;
- c) operacionalizar e centralizar as informações sobre o abastecimento, visando a obtenção de dados precisos a respeito do referido consumo;
- d) disponibilizar às diversas unidades um atendimento rápido e eficaz.

### 3.2. Metodologia do Quantitativo

A quantidade de cada combustível foi apurada por estimativa de consumo globalizada, abrangendo todas as unidades administrativas. Os dados foram obtidos com base no **consumo do exercício anterior de cada UG, considerando o período de 1 de janeiro a 31 de agosto de 2025, extrapolado até 31 de dezembro de 2025**, seguindo a seguinte fórmula de cálculo: Consumos no período divididos por 8 (oito meses) e multiplicados por 12 (doze) meses. Às quantidades obtidas neste cálculo foi acrescentado 40% para margem de segurança.

No caso do **Item 3 – ARLA 32**, por se tratar de item com histórico recente de consumos, e devido à recente aquisição de Viaturas que consomem este aditivo, as quantidades obtidas no cálculo inicial anterior foram duplicadas, com vista a assegurar o abastecimento sem interrupções.

### 3.3. Justificativa do Quantitativo Solicitado





Conforme **Relações de Veículos e Quantitativos Estimados/Ano**, por Unidade Gestora Participante, anexas a este TR.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

- 4.1. Estudo Técnico Preliminar nº 379/2025 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

#### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

- 5.1. Optou-se por registro de preços visando à contratação de empresa legalmente qualificada para fornecimento contínuo e fracionado de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S10 e Arla 32) para abastecimento da frota municipal, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, e no ETP que o originou. por se considerar o método mais eficaz e econômico para o Município.

#### 5.2. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III)

O prazo de garantia do objeto da contratação será, no mínimo, o estabelecido no art. 26, da Lei nº 8.078/90.

#### 5.3. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei nº 14.133/21)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

#### 6.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021)

As proponentes estão **dispensadas** de apresentar atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

#### 6.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços

**6.2.1** - Na fase de pesquisa de preços, apenas será exigido ao fornecedor cópia do CNPJ anexo à cotação para fins de verificação se a empresa atua no ramo do serviço/fornecimento de bens a ser contratado, através do seu CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

Considerando que o processo em pauta, se trata de uma Licitação para Registro de Preços, e que sairá vencedor o menor preço por item na fase de lances, serão exigidos todos os documentos constantes no Edital de Licitação



próprio.

**6.3. Vistoria Prévia (observado os §§§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021)**

Não haverá vistoria prévia por se tratar de eventual fornecimento de Combustíveis, cuja qualidade mínima é já garantida por Lei.).

**6.4. A apresentação de amostra e/ou demonstração do(s) Serviço(s)**

Não se aplica.

**7. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018)**

- As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, contrato, ata de registro de preços ou qualquer outro instrumento congênere que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa:
- É dever da Administração Pública a adoção de medidas para que os dados pessoais das partes envolvidas não tenham repercussões para além da vida pública. É dever da Administração Pública a adoção de medidas para que os dados pessoais das partes envolvidas não tenham repercussões para além da vida pública.
- Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.





- O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD, deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)**

- 8.1. O fornecimento do produto deverá ser feito pela(s) Empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, através da Autorização de Fornecimento, devendo a(s) Empresa(s) detentora(s) do Registro respeitar este prazo, sob pena da aplicação das penalidades devidas.
- 8.2. Os combustíveis serão fornecidos no âmbito da empresa contratada, quando requisitado pela Assessoria Especial de Transporte, através de requisição.
- 8.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.
- 8.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.
- 8.5. As aquisições poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no **prazo de 7 dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).



- 8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

**9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)**

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.
- 9.3. A execução do contrato deverá produzir seus efeitos, atendendo satisfatoriamente a demanda apresentada, respeitando o estipulado neste termo.

**10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)**

- 10.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.3. Ficam indicados como futuros fiscais e futuros gestores do contrato, os seguintes servidores:

**Fiscal do futuro Contrato:** Servidor a designar por Portaria, por demanda de cada Ordenador de Despesa.

**Gestor do futuro Contrato:** Ordenador de despesas em Exercício durante a vigência do Contrato.

**11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei**





**14.133/2021)**

11.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

**12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)**

12.1. A aquisição dos Combustíveis, será realizada através de Sistema de Registro de Preços.

12.2. O Critério será o **menor preço**, conforme o Art. 33, inciso I.

**13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)**

13.1. O custo estimado da contratação é de até **R\$ 3.671.034,90** (três milhões seiscentos e setenta e um mil trinta e quatro reais e noventa centavos, conforme planilha estimativa de preços, em anexo no processo - **Anexo I. (Pesquisa no Banco de Preços)**).

**14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)**

14.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

**14.1.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

Conforme mapa de dotações anexo.

**14.1.2 – 06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO CLARO RJ**

Conforme mapa de dotações anexo.

**14.1.3 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO**

Conforme mapa de dotações anexo.



## 15. DISPOSIÇÕES GERAIS

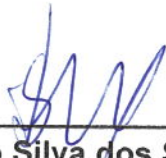
15.1. Não há disposições gerais.

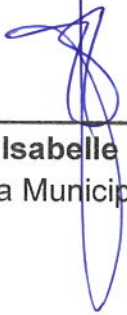
## 16. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

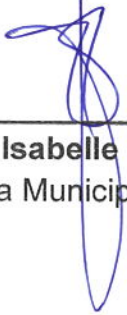
Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:

- 16.1. ANEXO I – Planilha Estimativa quantidades e preços;
- 16.2. ANEXO II – Modelo de Cotação de Preços;
- 16.3. ANEXO III - Relações de Veículos e Quantitativos Estimados/Ano Por Unidade Gestora
- 16.4. Quadros de dotações Orçamentárias

Rio Claro-RJ, 20 de outubro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**Tarcísio Silva dos Santos**  
Secretário Municipal de Ordem Pública

  
\_\_\_\_\_  
**Thais Isabelle de Carvalho**  
Secretária Municipal de Educação

  
\_\_\_\_\_  
**Maria Augusta Monteiro Ferreira**  
Secretária Municipal de Saúde